

SOCIOLOGIA

com Vivianne Catolé



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

**Sociologia dos movimentos
sociais no Brasil**



SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Os movimentos sociais no Brasil são manifestações organizadas da sociedade civil que surgiram para reivindicar direitos, lutar contra desigualdades e promover transformações políticas, econômicas e sociais. Esses movimentos possuem origens diversas e atuam por meio de protestos, mobilizações populares, campanhas políticas e pressão sobre o Estado e empresas para alcançar seus objetivos.

PRINCIPAIS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST):

Fundado em 1984, luta pela reforma agrária e pelo direito à terra para famílias camponesas. Segundo José de Souza Martins, sociólogo brasileiro que estuda a questão agrária,

“os movimentos sociais rurais são uma resposta à desigualdade estrutural do acesso a terra no Brasil.

O MST NÃO ROUBA TERRAS, O MST OCUPA TERRAS IMPRODUTIVAS

A política de Reforma Agrária somente desapropria terras que não cumpram sua função social, ou seja, que não são utilizadas para moradia nem para plantio. Quem garante isso é a Constituição Federal de 1988, artigos 182 e subsequentes, bem como o Estatuto da Terra

(Lei nº 4.504/1964).

A Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais mediante alterações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme preconiza a Lei nº 4.504-64 (Estatuto da Terra).

Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece:

- * A produção de alimentos básicos.
- * O combate à fome e à pobreza.

- * Promoção da cidadania e da justiça social.
- * A interiorização dos serviços públicos básicos.
- * A redução da migração campo-cidade.
- * A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

A Constituição Federal de 1988 reconhece a moradia como um direito social no artigo 6º. Esse princípio está alinhado com a



O geógrafo Milton Santos destacou a importância da luta pelo espaço urbano ao afirmar que "a cidade, sendo um bem coletivo, deve atender às necessidades de todos e não apenas de uma minoria privilegiada". A questão da moradia no Brasil é um problema social grave, principalmente devido ao déficit habitacional, ou seja, a falta de moradias adequadas para a população. Esse problema acontece por vários fatores, como:

- * Crescimento urbano desordenado – Muitas cidades cresceram rapidamente sem planejamento adequado.
- * Desigualdade social – Muitas famílias não têm renda suficiente para pagar aluguel ou comprar uma casa.
- * Especulação imobiliária – O preço dos terrenos e imóveis sobe muito, dificultando o acesso à moradia.
- * Falta de investimento público – Os governos nem sempre conseguem construir casas populares suficientes para atender à demanda.

trabalhadores rurais mediante alterações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da

produtividade, conforme preconiza a Lei nº 4.504-64 (Estatuto da Terra).

COMO O MTST ATUA?

Fundado em 1997, tem como objetivo central a luta pelo respeito ao direito constitucional de moradia. Pensando como uma versão “urbana” do MST, as ações do MTST consistem em

- * Ocupações de terrenos ociosos – O MTST organiza ocupações em áreas abandonadas para pressionar o poder público a destiná-las para habitação popular.
- * Mobilizações e protestos – Fazem manifestações para cobrar políticas públicas de moradia.
- * Negociações com governos – Buscam dialogar com autoridades para garantir programas habitacionais.
- * Projetos de moradia popular – Em parceria com programas como o Minha Casa Minha Vida – Entidades, ajudam a construir moradias para os sem-teto.

Com sua pressão social e política, o MTST consegue que governos criem ou melhorem políticas públicas habitacionais, como:

- * Programa Minha Casa Minha Vida – Criado pelo governo federal para facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda.
- * Regularização fundiária – Legaliza áreas ocupadas, permitindo que as famílias tenham título de propriedade.
- * Destinação de terras públicas para moradia popular – Em alguns casos, o governo cede terrenos para habitação social.



MORADIA E DESIGUALDADE SOCIAL

O sociólogo David Harvey, um dos principais estudiosos do urbanismo crítico, analisa como o modelo capitalista transforma a moradia em mercadoria. Em *Rebel Cities* (2012), ele afirma:

“O direito à cidade não é apenas um direito individual, mas um direito coletivo de transformar e reinventar o espaço urbano.

Isso significa que a luta do MTST e de outros movimentos sociais não é apenas por casas, mas pelo direito de moldar as cidades para que sirvam a todos, e não apenas às elites.

O ESTADO E A HABITAÇÃO SOCIAL

Karl Marx e Friedrich Engels já denunciavam a questão da moradia como um problema estrutural do capitalismo. Em *A Questão da Habitação* (1872), Engels critica a crença de que o mercado imobiliário sozinho resolveria o problema da moradia:

“A habitação é tratada como uma mercadoria comum e, por isso, segue a lógica da especulação e da acumulação de capital, e não das necessidades humanas.



Essa ideia explica por que muitas moradias ficam vazias enquanto milhões de pessoas vivem em favelas ou nas ruas. A luta do MTST desafia essa lógica ao ocupar terrenos sem uso para pressionar o Estado a agir.

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O economista Amartya Sen, Nobel de Economia, destaca que o desenvolvimento social não se resume apenas ao crescimento econômico, mas à expansão das capacidades humanas. No livro *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), ele argumenta:

“A privação de liberdade relacionada à pobreza se reflete diretamente na falta de acesso à moradia digna.

Para Sen, políticas públicas que garantam acesso à habitação são essenciais para que as pessoas possam exercer sua liberdade de forma plena.



MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU):

Surgido em 1978, combate o racismo estrutural e reivindica políticas de equidade racial no Brasil. Atua promovendo a valorização da cultura afro-brasileira, lutando contra a violência policial e defendendo cotas raciais em universidades e concursos públicos. O **sociólogo Florestan Fernandes** estudou como o Brasil construiu a ideia de que seria um país sem racismo por conta da miscigenação. Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), ele desmascara esse mito e mostra como os negros foram marginalizados após a abolição:

“O negro foi ‘liberto’ para continuar submisso e sem oportunidades reais de ascensão social.

O MNU combate essa falsa ideia de que todos são tratados igualmente no Brasil, defendendo políticas que reparem as desigualdades históricas.



**DESDE 1978 NA LUTA
CONTRA O RACISMO E PELA VIDA!**

Abdias do Nascimento, ativista e fundador do Teatro Experimental do Negro, foi um dos maiores defensores da Consciência Negra. Ele criticava o racismo no Brasil e defendia a reparação histórica. Em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), ele afirma:

“ A escravidão acabou, mas os mecanismos de opressão racial continuam vivos nas instituições e nas relações sociais.

O MNU mostra que a superação do racismo exige ações concretas, como:

- * Políticas públicas de reparação (cotas, leis contra discriminação)
- * Educação antirracista (ensino da cultura afro-brasileira)
- * Combate à violência contra a população negra



MOVIMENTOS INDÍGENAS:

Os indígenas são considerados um estorvo para aqueles que desejam explorar a terra sem limites.” **Ailton Krenak**, *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019).

O MNU combate essa falsa ideia de que todos são tratados igualmente no Brasil, defendendo políticas que reparem as desigualdades históricas.

A **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)** é uma organização criada em 2005 para unir diferentes povos indígenas na luta por seus direitos. Ela atua como uma grande rede que reúne diversas organizações indígenas regionais e nacionais. Seu principal objetivo é defender os direitos dos povos indígenas, principalmente em relação a:

- * **Demarcação de terras indígenas** – Pressiona o governo para reconhecer e proteger territórios indígenas, evitando invasões e desmatamento.
- * **Defesa ambiental** – Luta contra o desmatamento ilegal, a exploração de minérios e outros impactos ambientais que afetam os povos indígenas.
- * **Direitos sociais e culturais** – Promove ações para garantir saúde, educação e respeito às tradições indígenas.
- * **Representatividade política** – Atua no Congresso Nacional e em órgãos internacionais para garantir que as vozes indígenas sejam ouvidas.

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro argumenta que "a luta indígena não é apenas pela terra, mas pela sobrevivência de modos de vida alternativos ao modelo predatório da modernidade".

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha participou da criação do Artigo 231 da Constituição, que reconhece os direitos indígenas sobre suas terras. Em *Cultura com Aspas* (2009), ela destaca:

“ O reconhecimento dos direitos indígenas foi uma conquista histórica contra séculos de opressão.



CONSEQUÊNCIAS E IMPACTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais têm desempenhado um papel fundamental na conquista de direitos e na transformação da sociedade brasileira. Entre suas principais consequências, destacam-se:

- * **Mudanças legislativas e políticas públicas:** Muitos direitos sociais, como a Lei Maria da Penha (violência contra a mulher), o Estatuto da Igualdade Racial e a demarcação de terras indígenas, foram conquistados por meio da pressão exercida pelos movimentos sociais.
- * **Fortalecimento da democracia:** Ao mobilizar a população para reivindicar direitos, os movimentos sociais contribuem para a participação política e para o fortalecimento das instituições democráticas.
- * **Conscientização e transformação cultural:** O debate promovido por esses movimentos leva à desconstrução de preconceitos e desigualdades históricas, promovendo mudanças na maneira como a sociedade encara temas como racismo, feminismo e diversidade sexual.

A cientista política Luciana Tatagiba destaca que os movimentos sociais desempenham um papel essencial na construção e influência sobre as políticas públicas no Brasil. Segundo Tatagiba, a atuação dos movimentos não se restringe à contestação e protesto, mas também envolve a participação ativa em conselhos de políticas públicas, conferências nacionais e mecanismos institucionais de deliberação. Ela argumenta que "os movimentos sociais são agentes fundamentais na ampliação da democracia, pois articulam demandas da sociedade e pressionam o Estado a implementar políticas que respondam a essas demandas". Tatagiba também discute a interação entre movimentos sociais e o Estado, destacando que essa relação pode ser tanto conflituosa quanto cooperativa. Em governos mais progressistas, os movimentos encontram maior abertura para participação e influência na formulação de políticas. No entanto, em períodos de retração democrática, enfrentam maior criminalização e repressão.

Além da luta por direitos no âmbito do Estado, muitos movimentos sociais brasileiros têm construído modelos alternativos de organização econômica e social. Exemplos disso são as experiências de economia solidária, agricultura familiar agroecológica e autogestão em moradias populares. Esses modelos buscam criar alternativas ao capitalismo tradicional, promovendo formas mais inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento. Luciana Tatagiba enfatiza que essas experiências

reforçam a importância dos movimentos como laboratórios de inovação social. "Ao criar alternativas concretas, os movimentos não apenas denunciam as desigualdades do sistema, mas também demonstram que há outros caminhos possíveis para a organização da sociedade e da economia", destaca a pesquisadora.



ANOTAÇÕES

Estamos juntos nessa!



C U R S O
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.